



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 219/1958

Dispõe sobre o serviço de eletricidade da Prefeitura.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O serviço de eletricidade da Prefeitura Municipal, até que seja transformado em Departamento autônomo e reorganizado de conformidade com as leis federais próprias, reger-se-á por esta lei e pelas anteriores, disciplinadoras da matéria, na parte em que não venham com os dispositivos desta lei:

Art. 2º Os pedidos de ligação de luz e força, salvo circunstâncias especiais, serão atendidos na ordem de entrada dos requerimentos na secção competente, desde que existam, na respectiva via pública, rede de distribuição de energia.

Parágrafo único. Para esse fim serão feitos, no serviço de eletricidade, o registro e numeração dos requerimentos.

Art. 3º Os pedidos de ligação para força ou luz serão feitos aos escritórios dos serviços de eletricidade da Prefeitura, em impresso próprio, o qual constará, dentre outras que se fizerem ou venham a ser necessárias, as informações seguintes: número de lâmpada a instalar, com suas capacidades em wats; aparelhos elétricos de uso doméstico; motores, com as potências declaradas nas respectivas placas, etc.

Art. 4º Os pedidos de ligação somente serão atendidos depois de feito o depósito de garantia, correspondente a um mês de consumo mínimo, e pagas as taxas de vistoria e ligação.

Parágrafo único. Decorrido 6 (seis) meses, esse depósito poderá ser reajustado, na base do consumo médio mensal nesse período.

Art. 5º Sempre que a instalação for executada pela Prefeitura, sua ligação com a rede geral só poderá ser feita depois do pagamento da despesa da instalação.

Art. 6º A despesa com a derivação da linha desde a rede geral, a partir do ponto mais conveniente, correrá por conta do requerente

Art. 7º A Prefeitura reserva-se o direito de determinar a qualidade do material a ser empregado nas instalações particulares, para o que manterá sempre, em depósito, modelo ou amostras desse material, para ser examinado.

Art. 8º Os pedidos de ligação onde não existam redes de distribuições de energia poderão ser atendidos desde que as despesas decorrentes da extensão das linhas corram por conta dos requerentes.

Parágrafo único. Os interessados deverão depositar, antes, a importância correspondente às despesas, mediante orçamento da prefeitura, ou fornecer os materiais necessários e de acordo com as especificações da prefeitura.

Art. 9º As linhas e equipamentos construídos de conformidade com o artigo anterior passam a pertencer, automaticamente, ao patrimônio municipal, sem quaisquer ônus para os cofres públicos,



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

podendo a Prefeitura dele utilizar-se para outras ligações, sem prejuízo para o consumidor ou consumidores por eles beneficiados.

Art. 10. O pagamento do consumo de energia será feito até o décimo dia útil do mês vencido, após a apresentação de aviso ou conta. Não feito nesse prazo o pagamento, as contas serão acrescidas de 10% (dez por cento) do seu valor, prorrogando-se o prazo por mais 30 (trinta) dias. Não satisfeito ainda, o pagamento, será suspenso o fornecimento de energia e aplicado o depósito de garantia do consumo na liquidação da conta.

Art. 11. Suspenso o fornecimento de energia por falta de pagamento do consumo, a religação só será feita mediante novo depósito e pagamento da taxa de religação.

Art. 12. Não é permitida a ligação de mais de uma casa a um mesmo circuito, ou a um só medidor, sob pena de multa e corte de ligação, salvo quando se tratar de dependências do prédio.

Art. 13. Os medidores de propriedade particular deverão ser apresentados aos serviços de eletricidade, para aferição, antes de instalados.

Art. 14. Os medidores serão aferidos e lacrados com selo chumbo, não podendo ser violados, sob pena de multa.

Art. 15. Os medidores a serem instalados obedecerão, dentre outras, às exigências preliminares seguintes:

a) medidores monofásicos de 120 volts - qualquer amperagem para os consumidores de luz doméstica, podendo ligar à corrente geladeiras, rádios, liquidificadores, enceradeiras, ferro de engomar, chuveiros, etc;

b) medidores monofásicos de 220 volts - qualquer amperagem para os consumidores de energia destinada a caixas térmicas e pequenos motores;

c) medidores trifásicos de 220 volts - qualquer amperagem para consumo industrial, sendo que, quando a carga ligadas em motores exceder a 3 HP, o fornecimento será realizado na corrente de 2.200 volts, ficando, neste caso, o consumidor obrigado a fornecer instalações de cabine com transformador adequado;

Art. 16. O consumidor de luz e força será permanentemente fiscalizado por empregados dos serviços de eletricidade, devidamente credenciados pela prefeitura, aos quais ficam os consumidores obrigados a franquear a entrada em quaisquer dependências ou locais a serem por eles visitados.

Art. 17. Os consumidores de luz e força, já existentes na data desta lei, ficam obrigados a se registrarem nos serviços de eletricidade da prefeitura, devendo, para isso prestar as informações a que se refere o artigo 3º.

Parágrafo único. O prazo para cumprimento da exigência acima será estabelecido por edital a ser baixado pelo Prefeito Municipal ou pelo encarregado do Serviço de Eletricidade.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 18. Os consumidores de luz e força, já existente na data desta lei, ficam igualmente obrigados, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da presente lei, a instalar medidores de consumo, obedecendo às normas para esta instalação.

Art. 19. O prazo a que se refere o artigo anterior poderá ser dilatado, a critério do Prefeito, por meio de Portarias ou Decretos Executivos.

Art. 20. Os consumidores que deixarem de atender às exigências do art.22, dentro do prazo determinado, ficam sujeitos ao corte de fornecimento.

Art. 21. Ficam revogadas todas as concessões gratuitas de luz e força, atualmente em vigor, podendo os interessados requerer esses benefícios dentro de 30 (trinta) dias, prestando as informações discriminadas no artigo 3.

Art. 22. As concessões gratuitas serão autorizadas por lei, na qual se fixará o limite máximo de consumo concedido, levando-se em conta a utilidade social da concessão.

Parágrafo único. O consumo que exceder ao limite da concessão será pago de conformidade com esta lei.

Art. 23. A entidade beneficiada com a concessão gratuita de luz e força, colocará, por sua conta, medidor ou medidores do consumo que se fizerem necessários, a critério da Prefeitura.

Art. 24. A título precário, até o pronunciamento definitivo do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica ou Divisão de águas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, serão as seguintes às tarifas:

- a) Kilowat-hora, na corrente de 120 volts.....Cr\$ 1,60
- b) Kilowat-hora, na corrente de 220 volts, consumo domiciliar ou industrial até 3 HP.....Cr\$ 1,20
- c) Kilowat-hora, na corrente de 220 volts, consumo industrial.....Cr\$ 1,00
- d) Mínimo para medidores de luz (120 volts), com direito a 15 Kilowat-hora, por mês.....Cr\$ 30,00
- e) Motores instalados, independentemente do consumo marcado nos medidores - taxa mensal de demanda- por HD.....Cr\$ 20,00

Art. 25. Até que sejam cumpridas pelos consumidores as exigências desta lei, quanto à instalação de medidores, poderá a Prefeitura Municipal, também a título precário, cobrar as seguintes taxas:

- a) Luz – mínimo para cada lâmpada, até 60 wats, por mês.....Cr\$ 12,00
- b) Lâmpada maior de 60 wats, por wat excedente, por mês.....Cr\$ 0,20
- c) Aparelhos domésticos ligados à corrente de 120 volts (rádio, geladeira, enceradeira, pequenos motores até 1/8 de HP) por aparelho ligado, por mês.....Cr\$ 15,00



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

d) Aparelhos ou motores ligados a corrente monofásica de 220 volts (caixa térmica, etc) cada aparelho, por mês.....Cr\$ 20,00

e) Força industrial, por HP instalado, por mês.....Cr\$ 25,00

§1º Às taxas referentes às letras B,Ce D serão alteradas para o dobro após o primeiro mês e para o triplo a partir do segundo mês na falta de instalação de medidores.

§2º Quando o consumidor for reconhecidamente pobre e tiver em casa apenas um pendente para tomada de luz, a Prefeitura Municipal deverá fornecer-lhe o medidor, mediante aluguel razoável, podendo, também, cobrar de referido consumidor a taxa mínima de Cr\$ 12,00 (doze cruzeiros).

Art. 26. Será passível das seguintes multas:

I - De Cr\$ 20,00 a Cr\$ 50,00 aquele que:

a) violar os selos de chumbo destinados a fechar os contadores ou fazer ligações antes deste aparelho;

b) violar os medidores;

II - De 100,00 a Cr\$ 200,00 aqueles que:

a) instalar medidores sem prévia aferição deste pela Prefeitura;

b) desviar, inutilizar ou danificar medidores instalados, quando forem estes da Prefeitura;

c) fazer instalações clandestinas ligando dois ou mais prédios no mesmo circuito de entrada ou derivação;

d) obstar ou dificultar a visita do encarregado da fiscalização, para inspeção no interior dos prédios ou terrenos;

e) fazer qualquer alteração na instalação elétrica particular, aumentando o número de velas, nas instalações à “Forfait”, sem prévia autorização da Prefeitura.

Art. 27. As infrações dos dispositivos desta lei, para as quais não se estabeleceram penas especiais, serão punidas com as multas de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00 conforme a gravidade da falta.

Parágrafo único. As multas serão cobradas em dobro nas reincidências, respeitado o máximo legal.

Art. 28. Fica o Prefeito Municipal autorizado a regulamentar esta lei por meio de Portaria ou Decretos Executivos, que poderão ser baixados à medida que se fizerem necessários.

Art. 29. Os escritórios dos serviços de eletricidade obedecerão os seguintes horários:

Nos dias úteis, com exclusão dos sábados, das 8 às 11 horas e 13 às 17 horas;

Nos sábados, somente no primeiro horário.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 30. Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

MANDO, portanto, a todos, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Passa Quatro, Prefeitura Municipal 30 de dezembro de 1958.

Francisco Galvão César
Prefeito Municipal

Ary Simões Coelho
Secretário